



Síntese de Legislação

N.º 11 | De 21-05-2026 a 03-06-2026



LEGISLAÇÃO NACIONAL

PROLONGA O DIFERIMENTO TEMPORÁRIO DO PAGAMENTO DE CAPITAL, JUROS E DEMAIS ENCARGOS ASSOCIADOS A CONTRATOS DE CRÉDITO NA SEQUÊNCIA DA TEMPESTADE «KRISTIN»

[Decreto-Lei n.º 98/2026- Diário da República n.º 98/2026, de 21 de maio de 2026](#)

Prolonga o diferimento temporário do pagamento de capital, juros e demais encargos associados a contratos de crédito, bem como a proibição da revogação de linhas de crédito existentes, na sequência da tempestade «Kristin» e fenómenos hidrológicos que se seguiram.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 181/2012, DE 6 DE AGOSTO

[Decreto-Lei n.º 99/2026- Diário da República n.º 99/2026, de 22 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, alterando o regime do acesso e exercício das atividades de aluguer e partilha de veículos de passageiros sem condutor.

CRIA UM REGIME COMPLEMENTAR AO DECRETO-LEI N.º 15/2022, DE 14 DE JANEIRO

[Decreto-Lei n.º 100/2026- Diário da República n.º 99/2026, de 22 de maio de 2026](#)

Cria um regime complementar ao Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, regulando a gestão dinâmica da capacidade de ligação à rede elétrica de serviço público após a atribuição do título de reserva de capacidade.

CRIA A COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS

[Decreto-Lei n.º 101/2026- Diário da República n.º 99/2026, de 22 de maio de 2026](#)

Cria a Comissão Nacional para os Direitos das Crianças e Jovens.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 69/2004, DE 25 DE MARÇO

[Decreto-Lei n.º 102/2026- Diário da República n.º 99/2026, de 22 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 69/2004, de 25 de março, que regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial, com o objetivo de simplificar e atualizar o respetivo enquadramento legal.

Síntese de Legislação

ASSEGURA A EXECUÇÃO, NA ORDEM JURÍDICA NACIONAL, DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO REGULAMENTO (UE) 2017/625

[Decreto-Lei n.º 103/2026- Diário da República n.º 99/2026, de 22 de maio de 2026](#)

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2017/625, relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos.

ALTERA A PORTARIA N.º 92/2019, DE 28 DE MARÇO

[Portaria n.º 229/2026/1- Diário da República n.º 99/2026, de 22 de maio de 2026](#)

Altera a Portaria n.º 92/2019, de 28 de março, que procede à agregação de juízos, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 81.º da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto.

PROCEDE À REVISÃO E FIXAÇÃO DAS TAXAS UNITÁRIAS DO IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

[Portaria n.º 229-B/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 99/2026](#)

Procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

ALTERAÇÃO EXCECIONAL E TEMPORÁRIA AO LIMITE MÁXIMO DA TENSÃO DE VAPOR DAS GASOLINAS DESTINADAS AO MERCADO INTERNO NACIONAL

[Portaria n.º 229-C/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 99/2026](#)

Alteração excecional e temporária ao limite máximo da tensão de vapor das gasolinas destinadas ao mercado interno nacional.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 176/2003, DE 2 DE AGOSTO

[Decreto-Lei n.º 104/2026- Diário da República n.º 100/2026, de 25 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, que institui o abono de família para crianças e jovens e define a proteção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar.

ESTABELECE AS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

[Decreto-Lei n.º 105/2026- Diário da República n.º 101/2026, de 26 de maio de 2026](#)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2026.

Síntese de Legislação

DEFINE A TARIFA APLICÁVEL À ELETRICIDADE PRODUZIDA POR CENTROS ELETROPRODUTORES FOTOVOLTAICOS

[Portaria n.º 233/2026/1- - Diário da República n.º 101/2026, de 26 de maio de 2026](#)

Define a tarifa aplicável à eletricidade produzida por centros eletroprodutores fotovoltaicos durante o período adicional previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 53/2009, DE 2 DE MARÇO, QUE DEFINE AS REGRAS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS DE RADIOCOMUNICAÇÕES DE AMADOR E DE AMADOR POR SATÉLITE

[Lei n.º 22/2026- Diário da República n.º 102/2026, de 27 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 175/2014, DE 5 DE DEZEMBRO, QUE ESTABELECE O QUADRO JURÍDICO GERAL DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE

[Decreto-Lei n.º 106/2026- Diário da República n.º 102/2026, de 27 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da grande Lisboa.

ESTABELECE O REGIME DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA

[Portaria n.º 234/2026/1- Diário da República n.º 102/2026, de 27 de maio de 2026](#)

Estabelece o regime de atribuição da Medalha de Honra.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 87-A/2022, DE 29 DE DEZEMBRO

[Decreto-Lei n.º 107/2026 Diário da República n.º 103/2026, de 28 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, no sentido de estabelecer a anualidade das auditorias da Inspeção-Geral de Finanças ao apoio do Estado à utilização de autoestradas e pontes concessionadas.

APROVA A LISTA DE PRODUTOS RELACIONADOS COM A DEFESA

[Portaria n.º 236/2026/1 Diário da República n.º 103/2026, de 28 de maio de 2026](#)

Aprova a lista de produtos relacionados com a defesa, incluindo bens, tecnologias e serviços militares, na sua forma tangível e intangível.

Síntese de Legislação

REVÊ O REGIME APLICÁVEL AO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E ALTERA O REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO E O REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA

[Decreto-Lei n.º 108/2026- Diário da República n.º 104/2026, de 29 de maio de 2026](#)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 9-B/2026, de 6 de março, revê o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas e altera o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime jurídico da reabilitação urbana.

TRANSPÕE A DIRETIVA (UE) 2023/2668, RELATIVA À PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES CONTRA OS RISCOS DE EXPOSIÇÃO AO AMIANTO DURANTE O TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 109/2026- Diário da República n.º 104/2026, de 29 de maio de 2026](#)

Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2668, relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho, e altera o Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho.

ALTERA A LEI N.º 32/2013, DE 10 DE MAIO, QUE ESTABELECE O REGIME A QUE DEVE OBEDECER A IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES INTELIGENTES

[Decreto-Lei n.º 110/2026- Diário da República n.º 104/2026, de 29 de maio de 2026](#)

Altera a Lei n.º 32/2013, de 10 de maio, que estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas de transportes inteligentes, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2023/2661 e a Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, que aprova o Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

PROCEDE À QUARTA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 155/2013, DE 18 DE ABRIL

[Portaria n.º 242/2026/1- Diário da República n.º 104/2026, de 29 de maio de 2026](#)

Procede à quarta alteração à Portaria n.º 155/2013, de 18 de abril, alterada pelas Portarias n.os 254/2013, de 8 de agosto, 249/2014, de 27 de novembro, e 160/2019, de 24 de maio, que regulamenta a concessão de apoios financeiros destinados ao incentivo à gestão da atividade das associações e federações de jovens, inserida no plano estratégico de iniciativas de promoção da empregabilidade juvenil, no âmbito da medida Estágios Emprego, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo (IDA).

PROCEDE À REVISÃO E FIXAÇÃO DAS TAXAS UNITÁRIAS DO IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

[Portaria n.º 242-B/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 104/2026](#)

Procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

Síntese de Legislação

ALTERAÇÃO, POR APRECIÇÃO PARLAMENTAR, AO DECRETO-LEI N.º 1-A/2026, DE 6 DE JANEIRO, QUE ALTERA O DECRETO-LEI N.º 37-A/2025, DE 24 DE MARÇO

[Lei n.º 23/2026- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões.

ALTERA A LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, QUE APROVA AS REGRAS APLICÁVEIS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS

[Lei n.º 24/2026- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

AUTORIZA O GOVERNO A ALTERAR O CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES

[Lei n.º 25/2026- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações.

APROVA AS PERCENTAGENS DO MECANISMO DE CORREÇÃO CAMBIAL

[Portaria n.º 243/2026/1- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo Decreto-Lei n.º 35-B/2016, de 30 de junho, na sua redação atual, para o 1.º semestre de 2026.

APROVA O MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO REGIME DE GRUPOS NO ÂMBITO DO IVA

[Portaria n.º 244/2026/1- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Aprova o modelo de declaração relativa ao regime de grupos no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (regime de grupos de IVA).

PROCEDE À TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ESPECÍFICO DAS MEDIDAS DE APOIO DO PROGRAMA MAR 2030

[Portaria n.º 245/2026/1- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Procede à terceira alteração ao Regulamento Específico das Medidas de Apoio do Programa Mar 2030, aprovado como anexo à Portaria n.º 186/2023, de 3 de julho, posteriormente alterado pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro, e pela Portaria n.º 307/2024/1, de 28 de novembro.

Síntese de Legislação

TERCEIRA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 37/2024, DE 1 DE FEVEREIRO

[Portaria n.º 246/2026/1- Diário da República n.º 105/2026, de 1 de junho de 2026](#)

Terceira alteração à Portaria n.º 37/2024, de 1 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 245/2025/1, de 30 de maio, e pela Portaria n.º 378/2025/1, de 6 de novembro, que estabelece as regras nacionais complementares da ajuda à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e leite e produtos lácteos, nos estabelecimentos de ensino, às medidas educativas de acompanhamento e a certos custos conexos, em aplicação da Estratégia Nacional (EN) para o período compreendido entre 1 de agosto de 2023 e 31 de julho de 2029.

ALTERA, ENTRE OUTROS DIPLOMAS, O CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES, O REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS, O DECRETO-LEI N.º 61/2013, DE 10 DE MAIO, E O REGIME DO IMPOSTO MÍNIMO GLOBAL

[Lei n.º 26/2026- Diário da República n.º 107/2026, de 3 de junho de 2026](#)

Transpõe as Diretivas (UE) 2023/2226 e 2025/872, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e altera, entre outros diplomas, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Regime Geral das Infrações Tributárias, o Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, e o Regime do Imposto Mínimo Global.

LEGISLAÇÃO EUEOPEIA

CLASSES DE DESEMPENHO NA CARACTERÍSTICA ESSENCIAL DE RESISTÊNCIA AO FOGO

[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/557 da Comissão, JO L, 2026/557, 3.6.2026](#)

Complementa o Regulamento (UE) 2024/3110, relativo aos produtos de construção, determinando classes de desempenho aplicáveis à característica essencial de resistência ao fogo. O diploma visa harmonizar, ao nível da União Europeia, a classificação técnica destes produtos, com relevância para fabricantes, distribuidores, projetistas e demais operadores económicos, designadamente em matéria de declaração de desempenho, documentação técnica e colocação no mercado.

Síntese de Legislação

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE DIAGNÓSTICO A BORDO

[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/699 da Comissão, JO L, 2026/699, 3.6.2026](#)

Altera o Regulamento (UE) 2018/858 no que respeita ao acesso normalizado às informações do sistema de diagnóstico a bordo dos veículos e às informações relativas à reparação e manutenção. O diploma densifica os requisitos e procedimentos de acesso seguro a essas informações, procurando assegurar um acesso técnico, normalizado e não discriminatório por parte dos operadores independentes, com impacto particular para fabricantes de veículos, oficinas, reparadores e fornecedores de ferramentas de diagnóstico.

DESEMPENHO AMBIENTAL E EMISSÕES DOS VEÍCULOS

[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/1188 da Comissão, JO L, 2026/1188, 2.6.2026](#)

Altera o anexo II do Regulamento (UE) 2018/858 no domínio da homologação de veículos, designadamente quanto aos requisitos de desempenho ambiental e de emissões aplicáveis a veículos produzidos em séries ilimitadas e a veículos para fins especiais. O diploma atualiza ainda exigências relativas ao estacionamento automatizado, à segurança elétrica e aos sistemas avançados de aviso de distração do condutor, bem como a lista de regulamentos da ONU admitidos como alternativa no processo de homologação.

LICENÇAS ELETRÓNICAS PARA A EXPORTAÇÃO DE BENS CULTURAIS

[Regulamento de Execução \(UE\) 2026/1144 da Comissão, JO L, 2026/1144, 29.5.2026](#)

Estabelece disposições relativas às licenças eletrónicas para a exportação de bens culturais, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 116/2009, e revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 1081/2012. O diploma moderniza o procedimento de licenciamento, promovendo a tramitação eletrónica e a harmonização das regras aplicáveis à emissão, apresentação e utilização das licenças de exportação de bens culturais no espaço da União Europeia.

Jornal de Guimarães
jornaldeguimares.pt

Atualidade com contexto
Rigor, sem ruído.